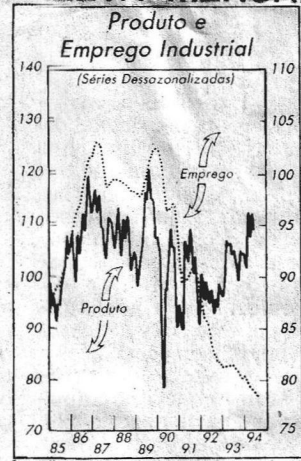




Fonte: Affonso Celso Pastore e Maria Cristina Pinotti

Um ganho econômico que não houve

por Celso Pinto de São Paulo

Entre o final de 1989 e meados deste ano a relação entre produção industrial e emprego cresceu 30% e produziu-se 38% mais para um mesmo número de horas trabalhadas. Até agora, estes números foram saudados como prova de um extraordinário aumento na produtividade industrial. Os economistas Affonso Celso Pastore e Maria Cristina Pinotti discordam.

Os dois acham que a maior parte desse suposto ganho de produtividade na verdade esconde outro fenômeno: o desejo das indústrias de fugir dos onerosos encargos trabalhistas criados pela Constituição de 88. Houve um salto no número de trabalhadores sem carteira assinada, no número de autônomos e no nível de emprego no setor de serviços (pela terceirização de serviços antes gerados pelo setor industrial).

Se eles estiverem corretos, as implicações são enormes. Como eles mesmos mencionam num artigo publicado na Carta Econômica deste mês do Banco Garantia, uma das consequências é a necessidade de repensar o impacto da atual política cambial. Qualquer análise séria sobre o nível real do câmbio antes e depois do Plano Real tem que levar em conta não só a variação dos preços internos e externos mas também a da produtividade.

Como mostra um trabalho anterior de Pastore e Pinotti, mesmo sem considerar a produtividade, mas apenas a variação interna e externa dos preços desde o início dos anos 70, constata-se que no momento de passagem para o Plano Real o câmbio real estava em nível comparável ao

por Celso Pinto de São Paulo
(Continuação da 1ª página)

de 1985 e três vezes mais competitivo do que na média dos anos 70. Desde então, contudo, o real subiu 15% frente ao dólar e a inflação do real, medida pelo IPC-r, somou 22%.

Economistas como o ex-ministro Mailson Ferreira da Nóbrega e Michal Gartenkraut fizeram estudos considerando os ganhos de produtividade dos últimos anos para argumentar que havia um razoável espaço para valorização do real frente ao dólar. Se os ganhos de produtividade não existiram ou são parcialmente discutíveis, então as contas têm que ser refeitas e o impacto da valorização cambial, repensado. "Se o País optar por manter a sua taxa cambial valorizada relativamente à paridade real anterior à reforma monetária de 1994, terá que buscar outras formas de compensação", dizem Pastore e Pinotti na Carta Econômica.

A outra implicação, igualmente importante, é que é preciso repensar os encargos trabalhistas criados pela Constituição de 1988 e que levaram, segundo os autores, não ao aumento dos benefícios mas ao estreitamento do mercado formal de trabalho. Eles lembram o cálculo da FIESP de que os encargos incidentes sobre o setor industrial representam 102% da folha de pagamentos e são compostos por dez tipos de contribuições e salários indiretos. "Este número mostra que o incentivo à terceirização e, no limite, à informalidade é de fato muito grande", diz o artigo. "O Capítulo da Constituição que pretendia proteger os trabalhadores acabou por expulsá-los do mercado formal, com todos os ônus decorrentes."

Pastore e Pinotti argumentam que a produtividade da mão-de-obra só pode

acontecer quando existem investimentos em capital físico ou inovações tecnológicas. No período 1989-94, dizem eles, com todas as incertezas provocadas pela inflação e pelas alternâncias entre recessões e crescimento, não houve estímulo para um crescimento tão grande dos investimentos. Parte do aumento superior a 30% da produção em relação ao emprego, portanto, deveu-se a outras razões.

Como os dados referentes à produtividade tomam por base o setor industrial, a queda no emprego industrial no período 1989-94 (23%), ao lado da expansão do produto, pode ter ocorrido pelo deslocamento da produção para outros setores, pelo uso mais intensivo de horas extras ou pela contratação maior de trabalhadores informais e não registrados em carteira. O artigo cita dados que vão nesta direção (ver gráficos).

Produtividade da mão-de-obra só acontece com investimentos

A comparação entre o nível de emprego e o número de horas trabalhadas por empregado mostra duas curvas que seguem a mesma direção até 1990, quando o número de horas trabalhadas passou a crescer muito mais rapidamente do que o de emprego. Um indício do uso muito mais intenso de horas extras na produção, uma forma de evitar os encargos e custos da contratação de mão-de-obra adicional.

O exame da composição do emprego em São Paulo por setores, medido pela Seade, também mostra curvas que seguem um trajeto parecido de 1985 até 1989. A

partir daí, o emprego industrial cai 13,4% (entre dezembro de 1988 e setembro de 1994), mas cresce no setor comércio (28,9%) e de serviços (21%), levando a um aumento de 9,4% no emprego global.

Para os dois economistas, isso se explica pelo uso mais intenso da terceirização, ou

da em São Paulo seguiram um rumo semelhante de 1985 a 1989. A partir daí, os trabalhadores sem carteira assinada dão um salto. De dezembro de 1988 a setembro deste ano o número de trabalhadores com carteira assinada caiu 7,9%, enquanto o número de trabalhadores sem carteira assinada subiu 41,3%.

Finalmente, repete-se o mesmo padrão na comparação entre trabalhadores assalariados e autônomos. Entre dezembro de 1988 e setembro deste ano, o número de assalariados caiu 2,3%, enquanto o de autônomos cresceu 33,7%. Antes de 1989 as duas curvas mantinham um caminho semelhante.

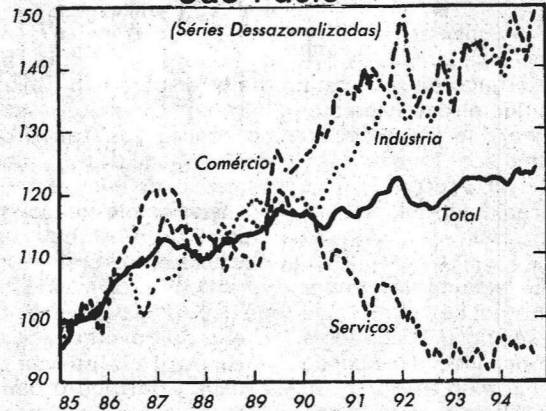
Pastore e Pinotti não negam que tenha havido algum ganho de produtividade na economia desde 1989, mas sustentam que a maior parte do ganho estatístico indicado pela comparação entre nível de produção e emprego industrial se deve a outros fatores. "Mais do que comemorar-se os ganhos de produtividade é preciso que se batalhe pela reforma tributária correta: a que permita ao setor privado conquistar os ganhos de eficiência que ainda estão por serem conquistados", concluem.

O número de trabalhadores autônomos cresceu 33,7%

seja, a indústria deixa de fazer uma série de serviços (transporte, informática, limpeza, contabilidade, etc.) e entrega-os para autônomos ou pequenas empresas - outra vez, para fugir de encargos. O que antes era contabilizado como emprego industrial passou a ser contabilizado como emprego no setor de serviços.

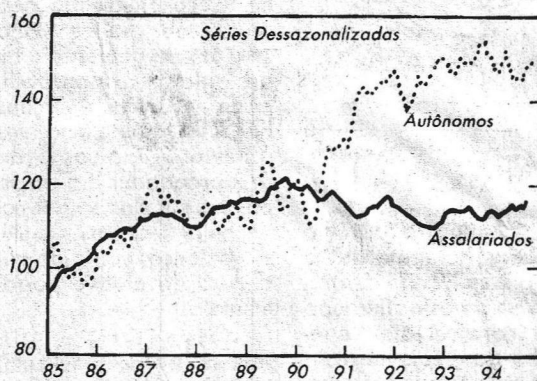
O aumento da informalidade no emprego segue o mesmo padrão anterior. As curvas do número de trabalhadores com carteira assinada e sem carteira assina-

Composição do Emprego em São Paulo



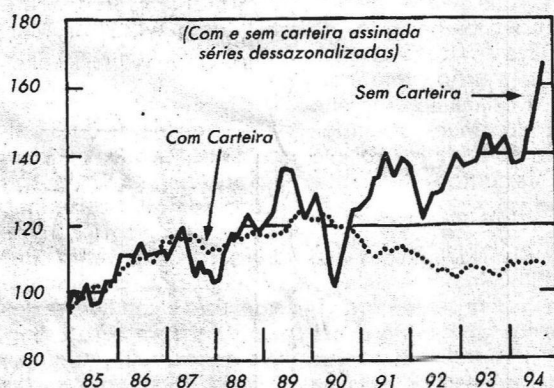
Fonte: SEADE/Affonso Celso Pastore e Maria Cristina Pinotti

Assalariados X Autônomos



Fonte: SEADE/Affonso Celso Pastore e Maria Cristina Pinotti

Assalariados em São Paulo



Fonte: SEADE/Affonso Celso Pastore e Maria Cristina Pinotti